

TJMG

I N F O R M A T I V O

Um presente de música e luz

Publicação da Secretaria do Tribunal
de Justiça do Estado de Minas Gerais

BH – DEZEMBRO – 2014
ANO 20 – NÚMERO 200

Uma Cantata de Natal vestirá o Palácio da Justiça de música e luz. Dezenas de crianças e adolescentes do Coral e da Orquestra Infantojuvenil da Coordenadoria da Infância e da Juventude (Coinj), mantidos pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), irão ocupar as janelas e as escadarias do edifício neoclássico, entoando canções natalinas. Com a Cantata de Natal, no dia 9 de dezembro, às 20h, o TJ irá presentear a capital mineira, mostrando a face solidária da instituição e a transformação que a música opera na vida de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

Páginas 4 e 5



TJ celebra Natal com cantata

Dezenas de meninos e meninas irão ocupar as janelas do Palácio da Justiça no próximo dia 9 de dezembro, a partir das 20h. Um outro grupo deles deverá ocupar as escadarias do edifício centenário, que estará cuidadosamente decorado com milhares de microlâmpadas brancas. Violinos e “vozes” em punho, eles irão entoar diversas canções natalinas. Um espetáculo que deverá emocionar a todos.

O evento, um presente com o qual o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) irá brindar a capital mineira neste final de ano, é o tema da matéria de capa desta edição. Será a primeira Cantata de Natal que a instituição irá realizar. Os adolescentes e as crianças protagonistas da iniciativa são participantes do Coral e da Orquestra Infantojuvenil do TJMG, projeto social que foi idealizado pelo Tribunal e tem na música um importante instrumento de resgate e afirmação da cidadania dos jovens.

Outra matéria desta edição trata dos diversos canais disponibilizados pelo Tribunal de Justiça para a

busca de algum dado necessário à realização do trabalho – o telefone, o celular corporativo, o programa de mensagens instantâneas Spark e o *e-mail*. Cada uma dessas ferramentas tem um custo, por isso a opção pelo uso delas deve ser sempre avaliada.

Ainda neste número, veja matéria sobre o Programa Conhecendo o Judiciário, que completou 15 anos em 2014. Realizado pela Assessoria de Comunicação do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), o programa consiste em visitas de grupos, de pelo menos 20 pessoas, ao Tribunal e ao Fórum Lafayette.

Diretor do Foro de Belo Horizonte, o juiz de direito Cássio Fontenelle é o entrevistado desta edição. Entre outros assuntos, ele fala sobre algumas iniciativas que sua gestão pretende implantar, como a Central de Cumprimento de Sentença e o projeto que irá centralizar o cadastro de armas e bens apreendidos.

Na página de Cultura, leia texto sobre o projeto Cineclube TJ e aprecie foto da coluna Clique do Leitor. Boa leitura!

Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Presidente:

Desembargador Pedro Bitencourt Marcondes

1º Vice-Presidente:

Desembargador Fernando Caldeira Brant

2º Vice-Presidente:

Desembargador Kildare Carvalho

3º Vice-Presidente:

Desembargador Wander Marotta

Corregedor-Geral:

Desembargador Antônio Sérvulo

Ouidor

Jaubert Carneiro Jacques

Expediente

Assessora de Comunicação Institucional:

Letícia Lima

Gerente de Imprensa:

Wilson Menezes

Editores:

Daniele Hostalácio e Lucas Loyola

Revisora:

Patrícia Limongi

Design Gráfico:

Narla Prudêncio

Fotolito e Impressão:

Globalprint

Editora Gráfica Ltda

Ascom TJMG:

Rua Goiás, 253 – Térreo – Centro,

Belo Horizonte/MG

CEP 30190-030

Tel.: (31) 3237-6551

Fax: (31) 3226-2715

E-mail: imprensa@tjmg.jus.br

Ascom TJMG/Unidade Raja Gabaglia:

(31) 3299-4622

Ascom Fórum BH:

(31) 3330-2123

Tiragem:

3 mil exemplares

Portal TJMG:

www.tjmg.jus.br

Marcelo Albert



O advogado José Arthur de Carvalho Pereira Filho será empossado como desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), em 15 de dezembro, às 16h30, no Salão Nobre do Palácio da Justiça – av. Afonso Pena, 1.420. Em reunião em 17 de novembro último, o Tribunal Pleno, após votação interna, definiu que o nome dele integraria a lista tríplice de advogados indicados pela Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Minas Gerais (OAB-Minas), a ser enviada ao chefe do Poder Executivo estadual. Em 20 de novembro, ato do governador Alberto Pinto Coelho o nomeou. José Arthur Filho irá integrar a 9ª Câmara Cível, na vaga antes ocupada pelo desembargador Almeida Melo, que se aposentou.

Ferramentas variadas garantem boa comunicação no TJMG



O Spark, ferramenta de mensagens instantâneas, é um recurso rápido e eficiente na troca de informações e de dados e está disponível para todos os servidores

Francis Rose

Conseguir a informação de forma ágil e precisa muitas vezes não é tarefa fácil no dia a dia. Por isso, no Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) há diversos canais que estão disponíveis e podem ser utilizados na busca por algum dado necessário à realização do trabalho – o telefone, o celular corporativo, o programa de mensagens instantâneas Spark e o *e-mail*. Cada uma dessas ferramentas tem um custo e, por isso, é importante avaliar qual é o mais adequado para cada situação. Se a informação é urgente, o telefone, o celular corporativo ou o Spark são as melhores opções. Se há tempo para obter o dado requisitado, o *e-mail* é o caminho indicado.

Para o TJ, os campeões de economia são o *e-mail* e o Spark, que não geram custos no uso. Se a informação não é urgente, o *e-mail* dá conta do recado e é uma boa opção. O uso da conta de caixa postal ficará mais fácil até o fim deste mês, quando cada servidor terá a sua. “Essa foi uma demanda que já vínhamos estudando. Se cada servidor tem seu *e-mail*, fica mais fácil transmitir as informações institucionais. O *e-mail* também será necessário para o manuseio do processo eletrônico”, explica o gerente de Infraestrutura Tecnológica da Diretoria Executiva de Informática (Dirfor), Denilson dos Santos Rodrigues.

Cada caixa postal tem capacidade para 300 megas, espaço que deve ser administrado por cada usuário. “Garantir um *e-mail* para cada servidor vai conferir identidade e facilitar a comunicação”, acredita Denilson.

Mensagem instantânea

O Spark – ferramenta de mensagens instantâneas – é um recurso rápido e eficiente na troca de informações e de dados. Se o usuário procurado estiver *online*, a informação poderá ser obtida de forma imediata. “O Spark está disponível para qualquer servidor. Para usá-lo, é preciso acessar a Rede TJMG. Em seguida, entrar em Ferramentas e em IM-TJMG.

O usuário faz o *download* e preenche o cadastro. Em seguida, pode procurar os contatos que deseja adicionar à sua lista e iniciar a comunicação”, ensina Carlos Henrique Lopes Dias, da Coordenação de Administração de Aplicações da Dirfor.

Muitas pessoas não recorrem ao Spark por crença de que ele trave ou deixe o computador mais lento, o que não corresponde à realidade. “Se o usuário identifica algum problema, deve relatá-lo à Central de Serviços TJMG, pelo 0800-7778564, para que seja solucionado”, diz Carlos. Ele explica que a crença de que o Spark seja monitorado também não é verdadeira. “Não há o arquivamento de mensagens pela Dirfor nem a gravação do histórico das conversas. O TJ também não se responsabiliza pelos arquivos e mensagens trocados via Spark”, detalha o coordenador.

O uso desse *software* livre e de uso gratuito foi regulamentado pela Portaria 2.211/2008. Além de melhorar a comunicação interna e reduzir custos, o Spark permite a realização de reuniões e conferências sem a necessidade de deslocamento dos participantes.

Se o Spark e o *e-mail* não são as melhores ferramentas, entra em cena o telefone, de uso já consagrado. Nesse caso, entretanto, quase sempre há custos que precisam ser avaliados.

Telefonia

Ligações feitas de Voip para Voip não têm nenhum custo para o Tribunal. Contudo, apenas alguns prédios da capital têm o serviço implantado. Assim, ligar para alguns prédios do TJ na capital e para as comarcas do interior vai gerar chamadas locais ou interurbanas, com custos estabelecidos por contratos específicos, que são firmados após licitação.

Se a chamada for feita para um celular, o mais indicado é que seja originada também de um celular corporativo, nos casos em que o setor dispõe de um.

“Ligar do telefone fixo do Tribunal para um celular deve ser sempre a última opção do servidor, em razão dos altos custos”, explica Lilian Bonfim Pimenta, da Gerência de Manutenção, Instalações Prediais e Controle do Patrimônio Imobiliário (Gemap).

Em razão do custo, as ligações feitas de fixo para celulares são monitoradas pela Gemap, que verifica duração e horário da chamada. Se qualquer abuso é detectado, o setor é procurado para justificar a utilização.

Operadoras

Os usuários também precisam ficar atentos às operadoras que prestam serviços para o Tribunal. Fazer a ligação pela prestadora correta garante a tarifação conforme os contratos firmados, que têm preços mais acessíveis. Se a ligação for feita de um fixo para outro DDD, o código utilizado deverá ser o 31. Se o telefonema for feito do celular corporativo para outro DDD, o código precisará ser o 41. “As licitações realizadas com as operadoras de telefonia possibilitam a redução de custos, o que redundará em economia significativa para o TJ”, explica Ronaldo Alvarez Torvecilas, também da Gemap.

O fundamental no uso do telefone, segundo a equipe da Gemap, é que o servidor recorra a essa ferramenta apenas nos casos em que ela é estritamente necessária e para tratar exclusivamente de assuntos de trabalho.

No caso dos celulares corporativos, a Portaria 154/2009 traz instruções para os usuários, como a de utilização exclusiva no interesse da atividade administrativa de apoio à prestação jurisdicional. A norma também fala da cessão de uso, da transferência do aparelho ao substituto do titular no período de férias, da forma de devolução do celular e dos procedimentos em caso de furto. A portaria estabelece, em vários casos, um limite para os gastos mensais com os telefones móveis.



Além do coro de vozes entoando canções natalinas, a cantata contará com o som de violinos empunhados por crianças e adolescentes da Orquestra Infantojuvenil do Tribunal de Justiça

Capital mineira será brindada com Cantata de Natal

Ione Bernadete

Espectáculo de música, luz e encantamento. O Natal é época especial que expande o espírito de beleza, paz e emoção. Com a primeira edição da Cantata de Natal, no dia 9 de dezembro, às 20h, no Palácio da Justiça, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) se associa à população e contribui para espalhar os ideais que traduzem a verdadeira mensagem do Natal: paz, harmonia, tolerância e caridade.

Realizada por crianças e adolescentes que participam de projeto social da Coordenadoria da Infância e da Juventude (Coinj) do Tribunal de Justiça, a apresentação musical do Coral Infantojuvenil e da Orquestra Jovem nas janelas e escadarias do Palácio da Justiça pretende, de forma ampla, conferir visibilidade ao tema da proteção integral de crianças e adolescentes e contribuir para a reflexão social no que diz respeito à efetivação dos direitos desse público.

Por meio do projeto social do coral e da orquestra, as crianças têm aulas de música, ensaios e atividades específicas, que sinalizam uma atuação abrangente, com o objetivo de reduzir seu tempo de permanência nas instituições de acolhimento, promover seu desenvolvimento

psicossocial e atuar junto aos pais e profissionais gestores dos abrigos.

O trabalho com as crianças é desenvolvido no decorrer do ano. Ao investir em um projeto com essa abrangência e repercussão social, o TJMG expõe a sua preocupação com uma atuação que vai além do ambiente jurisdicional. Mostra o seu comprometimento com a formação, o desenvolvimento e o bem-estar de crianças e adolescentes, cidadãos de direitos para os quais o trabalho do Tribunal de Justiça também se destina.

“Com a Cantata de Natal, o TJMG irá presentear a cidade, levando a todos uma mensagem de paz e esperança. Ninguém melhor do que as crianças e os adolescentes desse projeto social para essa tarefa; são meninos e meninas que têm conseguido construir uma nova história de vida, por meio da música, mostrando a todos que cada um pode ser dono do seu destino, mas que a solidariedade é fundamental para a vida em coletividade”, ressalta o presidente do TJMG, desembargador Pedro Bitencourt Marcondes.

Além da Cantata de Natal, será inaugurada a iluminação natalina do Palácio da Justiça, que conta com a parceria da Ce-





Fotos: Marcelo Albert

Alguns dos meninos e das meninas que integram o coral ensaiam nas escadarias do Palácio da Justiça, com o entusiasmo próprio das crianças

mig. A decoração contará com microlâmpadas brancas, estrelas de mangueira luminosa e lâmpadas estrobo, que irão contornar a construção, projetada pelo arquiteto Raphael Rebechi e inaugurada em janeiro de 1912.

O projeto do TJMG se inspira no Natal Encantado, que é promovido há 21 anos pelo HSBC em Curitiba e atrai visitantes de todo o Brasil. Além de um espetáculo que traz resultados positivos para a imagem institucional, é um instrumento de transformação na vida de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

Com essas iniciativas, a Coinj, órgão de assessoramento permanente da Presidência do Tribunal de Justiça, atende as orientações do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e empreende esforços no sentido de ampliar as possibilidades de exercício dos direitos das crianças e dos adolescentes acolhidos institucionalmente.

Perto do Céu

“Sinto-me mais perto do céu, quando estou tocando violino.” Foi o que disse Beatriz*, violinista da Orquestra Jovem da Coinj que vai participar da Cantata de Natal. Ele está tocando há um ano e, como completou 19 anos, participa do curso de música como monitor e conseguiu uma bolsa para estudar à noite.

Elaine*, também violinista da orquestra, vive em instituição de acolhimento e conta que a música foi a maior oportunidade de sua vida. “É algo novo que me aconteceu, que me inspira, incentiva e motiva.” Sua primeira experiência com o instrumento musical ocorreu em junho deste ano e hoje, menos de seis meses depois, já participa das apresentações da orquestra. Mas, para conseguir tal façanha, segundo a jovem violinista, é necessário muita dedicação e estudo.

Para a maestrina Luciene de Fátima Dornellas Villani, “existe uma forte correlação entre o estudo da música e o desenvolvimento das habilidades de que os jovens necessitam para se tornarem bem-sucedidos na vida. Além da sensibilidade, autodisciplina, paciência, coordenação, perseverança, a capacidade de memorização e de concentração são algumas das qualidades que serão despertadas nos alunos e os acompanharão em qualquer caminho que escolherem na vida”.

A regente do coral, Susanna Mattos, divulgou o repertório que vai ser apresentado. Ao som de *Noite feliz*, *Mary Cristo*, *Bom velhinho*, *Bom Natal*, *Eu quero apenas*,

Pim pam pum, *Canto catalão de Natal*, *Estrela de Natal*, *Estrela, estrela, Brilha, brilha estrelinha* e *Bate o sino*, o público será envolvido no clima de Natal.

Palco da cantata

Um cenário à altura da exibição de um espetáculo musical. O Palácio da Justiça Rodrigues Campos, mais do que um marco do neoclassicismo mineiro, é um símbolo da Justiça mineira. Cada uma de suas colunas, salas, escadarias e obras de arte abrigam a história do Judiciário e contam um pouco da trajetória do povo mineiro.

O edifício tem muito a dizer. Seus salões

*Nomes fictícios

”
Com a Cantata de Natal, o Tribunal de Justiça irá presentear a cidade, levando a todos uma mensagem de paz e esperança

“

de julgamento contam sobre a evolução de uma sociedade, com seus paradoxos, intolerâncias e avanços. Sua presença imponente no cenário da capital relembra o esforço do ser humano para encontrar acordo, para buscar solução, para pôr fim às desavenças. E, neste Natal, das suas janelas vão ecoar os sons e a música dos artistas mirins, difundindo a paz e a harmonia a todos os ouvintes.



Diretor do Foro de BH: em cada desafio, uma oportunidade

Raul Machado

Filho, neto e irmão de advogados, o juiz Cássio Azevedo Fontenelle, 45 anos, lembra quando, ainda criança, carregava a “maleta 007” do pai pelos corredores do Fórum Lafayette, na capital mineira, sem sequer ter altura para alcançar os balcões. Os anos se passaram e ele acabou se formando em direito. Chegou a atuar como defensor público, mas foi na magistratura que encontrou a plenitude profissional. Nascido em Fortaleza e criado em Belo Horizonte, ele se diz uma pessoa simples. Gosta de trabalhar e, nas horas vagas, de aproveitar sua “maior riqueza”, a família, e os “poucos, mas bons amigos”. Desde julho de 2014 ele é o juiz auxiliar da Corregedoria designado para a direção do Foro de Belo Horizonte.



Marcelo Albert

“Sempre acreditei muito no ‘nós’. Trabalho no plural”, afirma o juiz Cássio Fontenelle, diretor do Foro da capital

TJMG Informativo – Como é ser diretor do Foro de Belo Horizonte no momento em que o Tribunal de Justiça de Minas Gerais passa por tantas mudanças?

Juiz Cássio Azevedo Fontenelle – Encaro como uma grande alegria. Sempre vi na dificuldade uma oportunidade de transpor, de fazer a travessia e transformá-la em algo positivo. Existe aquele ditado que diz: “fazer do limão uma limonada”. Não gosto de encarar desafios como dificuldades; gosto de pensar que são uma oportunidade na minha vida.

Quais são os principais desafios da comarca de Belo Horizonte?

Diante da decisão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) referente aos precários, avalio que o nosso grande desafio é a limitação de recursos humanos. A maior riqueza que o Tribunal tem não é a predial, não é a de sistemas, não é a de equipamentos. Nossa grande riqueza é o material humano. E nós temos que enfrentar essa carência de recursos humanos para mantermos um bom atendimento. Tenho certeza de

que, com a ajuda da equipe que temos, iremos superar esse desafio. Eu sempre acreditei muito no “nós”. Trabalho no plural. Com essa equipe, não tenho dúvida de que, apesar das dificuldades, conseguiremos ultrapassar esse período.

Como a Direção do Foro contribuirá para a implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe), meta prioritária desta gestão?

A primeira ação é promover o engajamento e o envolvimento das pessoas; é preciso que as pessoas comprem a ideia. Qualquer projeto estará fadado ao insucesso, se as pessoas não vestirem a camisa, não acreditarem nele. A Direção do Foro tem esse grande poder, que é o de ser o catalizador, o mobilizador das pessoas. Não vejo outro caminho para o Judiciário. Nós enfrentamos dificuldade orçamentária e de pessoal. Se não apostarmos em alguma alternativa, teremos de jogar a toalha. Avalio que precisamos acreditar, batalhar, levantar a cabeça e fazer o que for possível com os recursos de que dispomos. Vamos trocar a roda com o carro andando: convivendo ainda com o papel, mas utilizando essa fer-

ramenta nova, o PJe, para tentar minimizar os problemas que temos.



A maior riqueza que o Tribunal tem não é a predial, não é a de sistemas, não é a de equipamentos. Nossa grande riqueza é o material humano



Além do PJe, a Direção do Foro tem outros projetos?

Queremos implantar, em parceria com a Presidência do TJMG, a Central de Cumprimento de Sentença, projeto que vejo andar há alguns anos, fruto de trabalho de antecessores meus. Essa central dará um alívio às varas cíveis num primeiro momento e, mais adiante, às varas de fazenda. Destaco também

um projeto que vai centralizar o cadastro de armas e bens apreendidos em uma única área. Isso vai ajudar as varas de natureza criminal. Quero também promover uma reengenharia dos setores do fórum, fazer algumas readequações na distribuição dos setores pelo prédio. Temos ainda que aprimorar o arquivo forense, trabalho que está sendo desenvolvido em conjunto com a 2ª Vice-Presidência, iniciar estudos para uma futura especialização das varas cíveis, avaliar a possibilidade de agilizar as perícias médicas (em parceria com a 3ª Vice-Presidência), entre outras ações, que estamos debatendo juntamente com o corregedor Antônio Sérvulo.

Como juiz, qual a Justiça dos seus sonhos?

Acho que, como todos, sonho com uma Justiça célere. Duas coisas me incomodam: a morosidade e a não efetividade, o famoso “ganhou, mas não levou”. Então são duas coisas com as quais sonho muito: celeridade e eficiência.



A primeira escola a participar do programa foi o Instituto de Educação, em 19 de março de 1999; a turma foi recebida pelo então juiz José Antônio Braga, hoje desembargador aposentado

Programa Conhecendo o Judiciário completa 15 anos

Daniele Hostalácio

O Palácio da Justiça, na capital, é tomado pelo som alegre de um grupo de crianças com idades entre 9 e 13 anos. Olhares curiosos percorrem avidamente os quadros, a suntuosa escadaria e o ambiente formal do edifício. Mas os meninos e as meninas não se sentem constrangidos ali; sentem-se acolhidos e, depois de assistirem a um vídeo sobre o surgimento dos três Poderes, com foco especial no Judiciário, eles transmitem a sensação de que aquele espaço é também um pouco deles. Ali, pensam, é feita a justiça, e isso agrada àqueles pequenos cidadãos.

Esse é apenas mais um dia de visita orientada do programa Conhecendo o Judiciário, sob a responsabilidade da Assessoria de Comunicação Institucional (Ascom) do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG). Em 2014, o programa completou 15 anos. Lançado em março de 1999, no Parque das Mangabeiras, o pro-

grama comemora o feito de ter atendido, ao longo desse período, uma média de oito mil pessoas por ano.

Com o objetivo de criar canais efetivos de comunicação com a sociedade, o Conhecendo o Judiciário consiste em receber visitas de grupos, de pelo menos 20 pessoas, ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais e ao Fórum Lafayette.

Visitas guiadas

“No caso dos estudantes do ensino fundamental, a visita guiada é ao Palácio da Justiça, e as turmas participam ainda de um julgamento simulado. Os alunos do ensino médio são recebidos no Fórum Lafayette, onde têm a oportunidade de assistir a um julgamento do Tribunal do Júri”, explica a coordenadora do programa, a servidora Flávia Valle, do Centro de Relações Públicas e Cerimonial da Ascom. Para os universitários, é ministrada, por um magistra-

do ou um professor de direito, uma palestra sobre a estrutura e o funcionamento do Poder Judiciário de Minas Gerais.

O programa conta com quatro publicações: *Tudo Legal no Tribunal*, dirigida a crianças e adolescentes, e *Poder Judiciário em Minas Gerais*, *TJ Responde* e *Juizados Especiais*, destinadas aos adultos. No Portal do TJMG já é possível acessar a versão falada da cartilha *Tudo Legal no Tribunal* (www.tjmg.jus.br/conhecendo/).

Além das visitas de estudantes ao TJMG e ao Fórum Lafayette, o programa inclui a ida de magistrados a escolas. Nesses encontros, que são destinados a grandes grupos de estudantes do ensino médio e podem acontecer no turno da noite, debatem-se temas como depredação do patrimônio, *bullying*, drogas, entre outros. Dessa maneira, pretende-se aproximar magistrados e jovens, levando a esse público uma mensagem preventiva.

“O programa é uma iniciativa muito importante, por aproximar o Judiciário da sociedade, oferecendo aos jovens uma outra visão. Para os universitários, por exemplo, é uma oportunidade única de eles conhecerem o Judiciário por dentro”, ressalta o desembargador Veiga de Oliveira, um grande incentivador e colaborador do programa.

Além dele, muitos outros desembargadores e juizes participam voluntariamente do Conhecendo o Judiciário.

Ao completar 15 anos, o programa amadurece e pretende estreitar 2015 com algumas novidades, como o TJ Sênior, direcionado a maiores de 60 anos. Os filhos dos servidores também deverão ser contemplados com uma versão do Conhecendo o Judiciário específica para eles. Vale lembrar que o programa também pode receber, além de estudantes, outros grupos interessados.



Crianças do ensino fundamental recebem informações da coordenadora do programa, a servidora Flávia Valle; durante a visita guiada, elas participam de um júri simulado

Cineclubes TJ

DESEMBARGADOR SÉRGIO BRAGA

O Cineclubes TJ – Desembargador Sérgio Braga foi reinaugurado pelo presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), desembargador Pedro Bitencourt Marcondes, em 28 de outubro de 2014, com a exibição do belíssimo filme *Um Lugar ao Sol*. Na sessão seguinte, em 27 de novembro de 2014, foi exibido o clássico *Morangos Silvestres*. A próxima sessão ocorrerá em 2015.

Inúmeros magistrados, servidores e convidados assistiram aos filmes. Vale salientar que a exibição é gratuita e para TODOS (magistrados, servidores, estagiários etc.).

Em breve será disponibilizado no Portal TJMG um espaço para que todos possam opinar e sugerir títulos para exibição.

Estamos, também, iniciando a construção de um acervo de filmes e documentários (videoteca – dvdteca), nos mesmos

moldes de uma biblioteca e, ainda, de registros das atividades do TJMG, para que possamos também preservar a nossa história audiovisual, consistente nas gravações dos julgamentos, depoimentos, notícias, etc.

Assim, se tiver alguma gravação audiovisual pertinente à sua atividade, nos comunique para que possamos fazer uma cópia e integrá-la ao acervo. Também aceitamos doações de filmes (DVD).

O Cineclubes TJ não é apenas um ambiente para exibição de filmes, mas sim um integrante do Espaço Cultural do TJMG e, para sua efetivação, é imprescindível a sua participação.

Hasta la vista!

Juiz Magid Nauef Laurar,
coordenador do Cineclubes TJ



Magistrados e servidores da Casa prestigiaram a reestrea do Cineclubes TJ

Marcelo Albert

CLIQUE DO LEITOR

A fotografia de rua ou *street photography* consiste em retratar pessoas em situações cotidianas e espontâneas, sem a interferência do fotógrafo. Esse tipo de fotografia é praticada por fotógrafos amadores e também grandes mestres, como Henri Cartier-Bresson. É nesse contexto que se encaixa esta minha fotografia, realizada na Feira Hippie de Belo Horizonte durante a apresentação de um grupo de artistas de rua. O espaço, que para alguns é um *shopping* de miudezas a céu aberto, para mim é um cenário de grandes contrastes e de encontro de vários artistas de rua. Fotografar na rua é extremamente prazeroso, pois temos a oportunidade de contemplar momentos tão belos que passam despercebidos com o corre-corre dos dias atuais. Essa grande paixão por fotografia de rua me levou a criar um projeto não comercial que pode ser visitado no endereço filiperivelli.tumblr.com.

Filipe Rivelli – oficial judiciário na Gerência de Sistemas Judiciais da Diretoria de Informática



Filipe Rivelli

Caso queira participar da coluna Clique do Leitor, envie uma foto de sua autoria, acompanhada de um texto de até dez linhas sobre a imagem, para imprensa@tjmg.jus.br. Preencha o assunto com "Clique do Leitor". As melhores fotos serão publicadas neste espaço.